



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 1020/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

- 1- Processo TCE nº 2414/2013 (02 volumes).**
- 2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- Órgão:** Fundo Municipal de Habitação-FMH.
- 4- Exercício:** 2012.
- 5- Responsáveis:** Sr. Valtair Cruz Obando, ordenador de despesas à época.
- 6- Unidade Técnica:** DICAD/MA – Informação nº. 04/2015 (fls. 272/277) e DICOP – Informação nº 156/2015 (fls. 280/281).
- 7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 894/2015-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fls. 282/282v).
- 8- Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas. Fundo Municipal de Habitação-FMH. Exercício 2012.

Contas Regular com ressalvas. Multa. Prazo.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anuais do Fundo Municipal de Habitação – FMH, exercício de 2012, sob responsabilidade do Sr. **Valtair Cruz Obando**, com fulcro no art. 22, II c/c art. 24 da Lei 2423/96;

9.2- Multar o Senhor **Valtair Cruz Obando**, Diretor, à época, do Fundo Municipal de Habitação – FMH, no valor de **R\$ 4.384,12** (Quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos) pelo não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, a diligência ou a decisão do Tribunal, consoante as Notificações nº 102/2013-DICAD-MA, item “1”, (fls.109), 058/2014 - DICAD-MA, item “4” (fls.199) e notificação nº 059/2014-DICAD-AM, item “4” (fls.202), com fulcro no art. 54, IV, da Lei Orgânica 2.423/96 c/c o art. 308, inciso I “a” da Resolução nº 04/2002;

9.3- Determinar prazo de 30 dias para recolher a multa citada aos cofres da Fazenda Pública Estadual nos termos do art. 72, inciso II, da Lei nº 2423/96 c/c o art. 174 da Resolução nº 04/2001-TCE/AM, e caso não seja recolhida, proceda a inscrição na dívida ativa, em consonância com art. 73 da Lei nº 2.423/96.

10- Ata: 44ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 09 de dezembro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Erico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 1020/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral